



Congresso aprova texto-base da revisão da meta fiscal de 2017 e 2018

Deficit federal aumenta para R\$ 159 bilhões e dois últimos destaques ao projeto serão votados na terça-feira

Senadores e deputados aprovaram na madrugada de hoje o projeto que autoriza o governo a encerrar 2017 e 2018 com deficit fiscal de R\$ 159 bilhões. Três destaques foram rejeitados, mas a votação de outros dois ficou para terça-feira porque às 3h35 não havia mais quorum. Como hoje é o último dia para o Poder Executivo enviar o projeto da Lei Orçamentária Anual de 2018, o texto chegará com uma meta considerada irreal: deficit de R\$ 129 bilhões. **3**



Eunício Oliveira (C) preside a sessão que durou quase 11 horas e teve troca de acusações entre governistas e oposição

Jonas Pereira/Agência Senado



Reprodução

Senado abre hoje exposição sobre as falas do trono

Originais dos discursos de imperadores e regentes em sessões do Senado do Império fazem parte de uma exposição que será aberta hoje no Senado. Encarte simula **Jornal do Senado** de 1888, ano em que foi promulgada a Lei Áurea. **2 e encarte**



Carlos Gomes é ouvido por Davi Alcolumbre e Roberto Rocha na CPI do BNDES

Roque de Sá/Agência Senado

BNDES só executa acordos de governo, diz diretor do banco a CPI

Em audiência na CPI que investiga operações do BNDES, o diretor da área Internacional, Carlos Gomes, disse que o banco executa decisões de go-

verno. As operações no exterior possuem garantias e quase não há inadimplência, afirmou. Ele sugeriu que o Congresso mude a lei para fiscalizar o banco. **5**

Debate expõe perdas dos estados com Lei Kandir

Em reunião da comissão encarregada de regulamentar a Lei Complementar 87/1986, mais conhecida por Lei Kandir, debatedores mostraram as perdas de estados e municípios

com a desoneração tributária prevista na norma. O Supremo Tribunal Federal determinou que o Congresso regule a lei até novembro. **6**



Wellington Fagundes (C), relator, defende regulamentação que permita compensar estados sobre perdas com a lei

Roque de Sá/Agência Senado

Avança MP que renegocia dívidas não tributárias **5**

Para debatedores, Plano Safra é bom para agricultura **6**

Audiência vai discutir reajuste de plano de saúde **4**

Aprovado projeto que cria áreas de livre comércio em cidades do Acre

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovou ontem projeto que cria áreas de livre comércio em quatro municípios do Acre. O relator, Sérgio Petecão, foi favorável ao projeto, pois, segundo ele, esses mu-

nicipios sofrem concorrência de cidades bolivianas. O autor, Jorge Viana, disse que sua proposta é um modelo que deveria ser implantado em todas as regiões fronteiriças com características semelhantes. **7**



Jorge Viana, autor do projeto que beneficia municípios acrianos

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Eunício pede juros baixos para fundos constitucionais

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, está tratando com o governo da elaboração de medida provisória para tirar do Conselho Monetário Nacional o poder de fixar juros para financiamentos com recursos dos fundos constitucionais. **8**

Comissão aprova dois nomes para Conselho do MP

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou os nomes de Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho e de Erick Biill Vidigal para a vaga do Senado no Conselho Nacional do Ministério Público. A decisão caberá agora ao Plenário. **4**

Especialistas querem mais vagas no Fies **5**

Senado e Câmara criam CPMI para investigar JBS **2**

Privatização da Eletrobras será tema de debate **7**

Vai a Plenário proposta sobre uso de piscinas **8**

Para deputado, mineração vai gerar empregos **5**



Fernando Sjunipi/Senado Federal

Servidora prepara exposição, que, além de documentos, terá móveis do Império usados por dom Pedro I

Senado abre exposição *As Fallas do Throno* hoje

Público poderá ver 73 manuscritos originais de discursos de abertura e encerramento das sessões legislativas do Império. Encarte simula jornal de 1888 com notícias sobre a abolição da escravatura

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, vai abrir hoje, às 10h, no Salão Negro do Congresso, a exposição *As Fallas do Throno*. A mostra é parte de um conjunto de quatro exposições previstas para 2017 e 2018 produzidas pela Secretaria de Gestão e Documentação do Senado, em parceria com o Museu Nacional do Conjunto Cultural da República. Serão expostos 73 manuscritos originais de discursos feitos na abertura e no encerramento das sessões legislativas da Assembleia-Geral na época do Império, entre 1826 e 1889.

Também integra a exposição o encarte publicado hoje pelo **Jornal do Senado**. O especial reproduz episódios relacionados às falas do trono e ao período da abolição da escravatura. O formato simula o que poderia ser uma edição do **Jornal do Senado** em 21 de novembro de 1888, dia seguinte ao encerramento dos trabalhos legislativos daquele ano.

A mostra estará aberta ao público geral e receberá visitas de alunos, a partir do 6º ano, de escolas públicas e privadas. A diretora-geral do Senado, Ilana

Trombka, ressalta que a exposição é uma oportunidade para conhecer registros da história política e social do país.

— A exposição destacará as temáticas debatidas nos discursos e suas repercussões. Teremos também uma réplica da Lei Áurea, da qual o Senado é o depositário principal e detém o texto original — afirmou.

Ilana considera a iniciativa uma oportunidade para que os visitantes conheçam ainda mais esse período da história do Brasil. Os interessados poderão ver os documentos de quintas a segundas-feiras, nas visitas guiadas ao Congresso.

Memória do Mundo

A chefe do Serviço de Arquivo Histórico, Rosa Vasconcelos, informou que o acervo de *As Fallas do Throno* foi inscrito no programa Memória do Mundo, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O registro equivale ao tombamento de cidades como Patrimônio Cultural da Humanidade. O Senado fica obrigado a conservar e divulgar os itens expostos.

Juntamente com Antônio

Barbosa, consultor legislativo aposentado do Senado e professor de história da UnB, Rosa responde pela curadoria da exposição. O acervo já foi exposto anteriormente no Museu do Senado.

Barbosa disse que dois objetivos precisam ser cumpridos quando uma instituição como o Senado faz uma exposição. O primeiro diz respeito ao aspecto artístico e estético, assumido pelo Museu da República. O segundo se refere ao caráter didático, que, segundo o historiador, foi bastante explorado nessa segunda versão de *As Fallas do Throno*, pelo esforço de produzir textos curtos a fim de informar e não confundir os visitantes.

A equipe do Museu do Senado organizou a montagem dos cenários da mostra. O chefe do serviço, Alan Silva, conta que o Museu guarda alguns dos itens que compõem a exposição, como móveis e utensílios do Palácio Conde dos Arcos, antiga sede do Senado no Rio de Janeiro.

— Levamos para a exposição lustres e cadeiras utilizados por dom Pedro I, princesa Isabel e regentes.

Renan recolhe assinaturas para criação da CPI dos supersalários

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) anunciou, durante a sessão do Congresso na noite de ontem, que está recolhendo assinaturas para instalação, no Senado, de uma CPI para apurar os supersalários pagos com dinheiro público nos três Poderes. Renan afirmou que, a cada dia, novos casos de recebimento de supersalários “estarcem” o Brasil e defendeu que o papel do Parlamento é centrar esforços para evitar que isso se repita em todo o país.

— É importante encontramos mecanismos para que essas pessoas, nos três Pode-

res, que receberam acima do teto constitucional devolvam tudo o que receberam nos últimos cinco anos.

O senador destacou que encontram-se na Câmara três projetos aprovados pelos senadores em dezembro, resultado da Comissão Especial do Extrateto do Senado. Um deles impede que os servidores recebam mais do que ministros do Supremo Tribunal Federal (R\$ 33,7 mil). Outro determina que os portais da transparência mantenham dados detalhados sobre salários. E o terceiro considera improbidade o pagamento acima do teto.

Publicada lei que regulamenta trabalho dos aeronautas

A regulamentação das profissões de piloto de aeronave, comissário de voo e mecânico de voo, chamados aeronautas, foi sancionada pelo presidente da República, Michel Temer, e publicada no Diário Oficial da União da terça-feira. A nova norma (Lei 13.475/2017) resultou de projeto aprovado pelo Congresso em julho.

A lei normatiza contratos de trabalhos, escalas de serviço, acomodações para descanso a bordo de aeronaves, folgas periódicas, remuneração, alimentação, assistência médica, férias e limites, tanto para voos e pousos, quanto para a jornada de trabalho.

A regulamentação do sistema de gerenciamento de risco de fadiga desses profissionais deverá obedecer às recomendações internacionais. A norma reduz em cinco horas a escala mensal de trabalho para aviões a jato (de 85 para 80) e turboélice (de 90 para 85). Já as escalas de aviões convencionais (100 horas) e helicópteros (90 horas) foram mantidas. Quando os tripu-

lantes operarem diferentes tipos de aeronaves, o limite inferior será respeitado.

Segundo a lei, o exercício das profissões é privativo de brasileiros natos ou naturalizados. Quando empresas brasileiras estiverem prestando serviço aéreo internacional, poderão empregar comissários de voo estrangeiros, desde que o número não exceda um terço dos comissários a bordo.

Tripulantes de aviões agrícolas foram dispensados de cumprir algumas medidas e poderão ter os limites de jornada de trabalho e horas de voo estabelecidos em convenção ou acordo coletivo de trabalho, desde que não ultrapassem os parâmetros de segurança de voo determinados na regulamentação da autoridade de aviação civil brasileira. Outra alteração relacionada à aviação agrícola estabelece que os tripulantes dessa atividade poderão ter a parcela variável de seu salário calculada em área produzida ou aplicada e não em horas de voo.

Criada CPMI para investigar contratos do BNDES com JBS

Foi criada ontem a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar as operações realizadas entre a empresa JBS e o BNDES. Também será investigada a delação premiada assinada entre os executivos da empresa, com destaque para Joesley Batista, e o Ministério Público Federal. A denúncia de corrupção passiva contra Michel Temer, apresentada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, foi feita com base nessa delação. E não foi analisada pela Justiça por decisão da

Câmara, que não autorizou o processo contra o presidente.

O requerimento para criar a CPMI é do senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO).

— Precisamos levar a público as informações em relação aos irmãos Batista — disse o senador, em referência aos sócios da JBS, Joesley e Wesley.

O pedido de criação da CPMI destaca que o grupo JBS tem sido alvo de diversas ações da Polícia Federal e da Justiça, sendo também um dos maiores beneficiados de empréstimos do BNDES.

“Operações da PF ocorridas a partir de 2016 têm revelado que parte do crescimento da empresa derivou de fraudes e irregularidades em aportes concedidos pelo BNDES à JBS”, diz o requerimento.

A CPMI terá 16 senadores e 16 deputados, com igual número de suplentes, e prazo de 120 dias para concluir a investigação. Antes de iniciar as investigações, é preciso que a comissão seja instalada, com a eleição do presidente e designação do relator.

Da Agência Câmara

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CRE Sabatina de embaixadores**
9h Sabatina de indicados para embaixadas na Armênia e no Suriname. Leitura de indicação para a embaixada no Congo.
- AERONÁUTICA Código**
9h45 Reunião da Comissão do Código Brasileiro de Aeronáutica.
- CPI DOS MAUS-TRATOS Crianças**
10h Audiência pública interativa.

- PLENÁRIO Pronunciamentos**
11h Sessão não deliberativa destinada a discursos parlamentares.
- ESTATUTO DO TRABALHO Seminário**
14h Reunião da Subcomissão do Estatuto do Trabalho para organizar seminário.
- SENADO DO FUTURO Síndicos**
18h Comissão Senado do Futuro faz audiência sobre o papel dos síndicos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Congresso aprova deficit de R\$ 159 bilhões

A votação se estendeu pela madrugada de hoje, mas não foi concluída. Governo terá que enviar o projeto do Orçamento hoje ao Congresso com previsões desatualizadas

O CONGRESSO NACIONAL aprovou na madrugada de hoje a proposta que autoriza o governo federal a encerrar 2017 e 2018 com um deficit fiscal de R\$ 159 bilhões. Senadores e deputados votaram o texto principal do Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 17/2017 e rejeitaram três destaques de bancada.

Outros dois destaques não chegaram a ser analisados por falta de quorum. A sessão foi encerrada às 3h35. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, marcou a votação dos dois últimos destaques para terça-feira, às 19h.

Enquanto a votação não for concluída, o Poder Executivo fica obrigado a enviar ao Congresso o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018 com uma meta fiscal considerada irreal: deficit de R\$ 129 bilhões. O prazo para o Palácio do Planalto encaminhar a proposta orçamentária termina hoje.

A sessão do Congresso começou às 16h45 de ontem e durou quase 11 horas. O PLN 17/2017 só começou a ser votado às 22h05, depois que senadores e deputados limpam a pauta que impedia a votação da meta fiscal.

A oposição tentou adiar ainda mais a votação. O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) afirmou que o projeto da meta fiscal era apenas o 20º item da pauta. Para o parlamentar, a

materia só poderia ser analisada após a votação de 11 projetos considerados mais antigos.

O vice-líder do PT na Câmara, deputado Décio Lima (SC), foi além. Disse que o presidente do Congresso, senador Eunício Oliveira, decidiu inverter a pauta sem a autorização do Plenário para votar o projeto logo após os vetos. Eunício rebateu a afirmação. Ele explicou que a alteração na ordem do dia ocorreu antes do início da sessão do Congresso, o que é permitido pelo Regimento Interno.

— A matéria é importante e relevante para ser incluída na

pauta — disse o presidente.

O texto principal foi aprovado em votação simbólica na Câmara. No Senado, a apuração foi nominal porque já havia mais de uma hora desde a última verificação de quorum. Foram 40 votos a favor. Os senadores de oposição se declararam em obstrução e não registraram votos.

Os partidos contrários ao projeto apresentaram cinco destaques de bancada. Em três deles, a oposição tentou incluir no texto a realização de auditorias independentes para analisar a dívida pública e a previsão de mais recursos na LDO para as áreas de educação, infraestrutura, combate

à miséria e prevenção à violência contra a mulher. Os três destaques foram rejeitados.

Necessidade

Durante a discussão da matéria, governo e oposição trocaram acusações.

O relator do PLN 17/2017 na Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), afirmou que a alteração da meta é necessária porque o governo sofreu frustração de receitas.

— Qual o sentido da alteração da meta? O estado das finanças públicas é gravíssimo e estamos reconhecendo que precisamos tomar providências. Mas essa revisão não caiu

com o vento ou com a chuva. A baixa recuperação da economia corrói a arrecadação.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lembrou que, em 2015, a então presidente Dilma Rousseff também enviou ao Congresso uma proposta de mudança na meta fiscal. A parlamentar disse que, na época, a oposição — hoje no governo — acusou a petista de ter sido incompetente.

— A máscara está caindo. Promoveram um golpe não porque a presidente Dilma Rousseff promovia uma ganância. Os senhores queriam tomar o poder para fazer o que estão fazendo agora: enfrentar a crise jogando a responsabilidade nas costas do povo brasileiro — afirmou.

O líder do governo no Senado, senador Romero Jucá (PMDB-RR), rebateu. Disse que, apesar da revisão da meta, o governo vai cumprir o teto de gastos, mecanismo que limita o crescimento das despesas à variação da inflação.

— A diferença deste governo para o anterior é que este governo muda a meta antes de gastar o dinheiro. Portanto, não “pedala”. Estamos aprovando a meta para descontingenciar despesas em universidades, em programas dos ministérios e no Sistema Único de Saúde. Estamos destravando ações e políticas públicas importantes — afirmou Jucá.



Sessão do Congresso presidida por Eunício Oliveira votou oito vetos e o texto-base que altera a meta fiscal

Parlamentares mantêm sete vetos e derrubam um sobre dívidas rurais

Para votar a meta fiscal, o Congresso precisou antes limpar a pauta com oito vetos presidenciais. Sete vetos foram mantidos e um, derrubado. O veto rejeitado foi a proposta sobre regularização fundiária (MP 759/2016)

Entre os mantidos, está o veto ao texto que alterava os limites da Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim, no Pará, e diminuía a área do Parque Nacional de São Joaquim, em Santa Catarina.

O texto aprovado pelo Congresso desmembrava parte da área da Flona para a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Jamanxim. A MP 756/2016 não diminuía a área da floresta, mas aumentava para 486 mil hectares o total transformado em APA. As APAs têm regras mais flexíveis, já que permitem ocupação humana e podem ter terras privadas, por isso a mudança havia sido criticada por ambientalistas.

Também foi mantido o veto ao projeto que alterou os limites do Parque Nacional do Jamanxim para adequá-

-lo à passagem da Ferrovia Ferrogrão, ligando o Centro-Oeste ao norte do Pará (PLV 5/2017). Durante a análise no Congresso, os parlamentares haviam retirado 101.270 hectares do Parque Nacional do Jamanxim.

Foi mantido ainda o veto parcial ao projeto de lei de conversão da MP 752/2016, que estabeleceu condições para a prorrogação e a relicitação de contratos de parceria entre governo e setor privado nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário. O veto havia sido rejeitado pela Câmara na terça-feira e a votação do Senado havia ficado pendente por falta de quorum.

A parte mais polêmica era o veto a artigos que obrigavam concessionárias de rodovias federais a arcar com a construção, reforma e manutenção de instalações da Polícia Rodoviária Federal. Os parlamentares alegaram que o texto, como havia sido aprovado pelo Congresso, seria uma oportunidade de garantir recursos para as instalações e equipamentos da polícia, que tem

sofrido contingenciamentos. O veto foi mantido depois que o governo se comprometeu a reeditar a mudança por MP.

Servidores

Também foi mantido o veto ao PLV 8/2017 (MP 786/2017), que instituiu o Bônus Especial de Desempenho Institucional para peritos do INSS e aumentou as carências para concessão dos benefícios. O trecho vetado foi a determinação de que o perito deveria atestar os detalhes e as condições para a efetiva recuperação do segurado.

Outro veto mantido foi ao projeto que prorrogou em cinco anos o prazo de isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (PLV 11/2017). O veto foi ao trecho que estendia a isenção do adicional a mercadorias importadas que chegassem pelos portos das Regiões Norte e Nordeste destinadas à industrialização ou consumo.

Os parlamentares mantiveram ainda o veto ao PLV 15/2017 (MP 760/2016), que alterou critérios para promo-

ção de praças nos quadros de oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Foram vetados os itens que reduziam a exigência de tempo de serviço militar de 18 anos para 15 anos, que exigiam Curso de Habilitação de Oficiais e que desobrigavam o policial de fazer o Curso Auxiliar de Praças.

Também foi mantido o veto ao PLV 16/2017 (MP 765/2016), que concedeu reajustes a servidores públicos e reestruturou planos de carreira, como os da Receita Federal. Entre os trechos vetados, está o que permitiu a cessão de servidor para exercer cargo de direção do Sistema S.

Regras fundiárias

O único veto derrubado ontem foi ao PLV 12/2017 (MP 759/2016), que fixou regras para regularização de terras da União na Amazônia Legal e disciplinou procedimentos para regularização fundiária urbana.

Foram vetados cinco trechos da lei, entre eles a extensão do

perdão de dívidas de crédito de instalação, que é o financiamento para produtores assim que se instalam na terra. A rejeição ao veto foi uma recomendação do próprio governo.

Na Câmara, foram 346 votos contrários e apenas 1 pela manutenção do veto. No Senado, foram 41 votos contrários.

O ponto do veto que causou mais polêmica foi o que atingiu dispositivos sobre refinanciamentos de dívidas, como o que perdoava a quitação de créditos concedidos para a instalação do ocupante em terras de reforma agrária que somassem até R\$ 10 mil em uma ou mais operações.

O governo argumenta que isso aumentaria o alcance do perdão de dívidas previsto no texto original, com possível “aumento significativo de custo fiscal”.

De acordo com o Poder Executivo, o tema será mais bem regulamentado em legislação infralegal.

Na terça-feira, o Congresso já havia derrubado um veto e mantido sete.

Com Agência Câmara

Indicados ao Conselho do MP vão a Plenário

Comissão aprovou dois nomes para a vaga do Senado no Conselho Nacional do Ministério Público. A decisão cabe agora ao Plenário da Casa

EM SABATINA ONTEM na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho e Erick Biill Vidigal, indicados para a vaga do Senado no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), defenderam maior atuação do órgão no controle externo da atividade dos procuradores. As indicações dos dois foram aprovadas pela comissão e encaminhadas ao Plenário.

O nome de Bandeira, secretário-geral da Mesa do Senado, foi aprovado com 24 votos favoráveis e nenhum contrário; o de Vidigal, atual subchefe-adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República, com 20 votos favoráveis, 3 contrários e 1 em branco. O mandato é de dois anos, com possibilidade de uma recondução.

Tanto Bandeira quanto Vidigal apontaram o que consideram mazelas na ação atual do Ministério Público (MP), como o corporativismo, a violação da harmonia entre os Poderes e a atuação política de alguns procuradores. Entre as sugestões feitas por eles, está uma proposta de emenda à Constituição alterando a composição do CNMP, para reforçar o controle externo.

Bandeira defendeu a in-



Bandeira, Edison Lobão, presidente da CCJ, e Vidigal: para os indicados, é preciso reforçar o controle do MP

dependência funcional dos membros do Ministério Público, mas criticou a “proliferação de ações judiciais, que podem chegar a inviabilizar a gestão pública” e defendeu “um olhar externo, crítico, mas colaborativo” no conselho:

— É importante que se procure despender energia e tempo com ações que tenham bom fundamento e viabilidade. Os métodos de investigação também devem ser objeto de uma cuidadosa reflexão. O conselho deve pensar nos limites da instituição.

Vidigal propôs que se deem ao CNMP “mais instrumentos para exercer suas atribuições”. Citou, entre o que considera problemas atuais do Ministério Público, o pagamento de auxílio-moradia aos procuradores; abuso nas ações de improbidade e recomendações dirigidas a prefeitos; prisões preventivas para forçar delações premiadas; manifestações fora dos autos; e excesso

de requisição de auxiliares para forças-tarefas, gerando carências nos MPs estaduais. Vidigal, que também atua como analista jurídico do CNMP, criticou o conselho por, segundo ele, discutir processos indevidamente em reuniões a portas fechadas, e não em sessões públicas.

— Temos a necessidade de começar a rediscutir não só a composição, mas o próprio funcionamento do conselho. Talvez com uma lei ordinária.

Sabatina

Os senadores foram unânimes em elogiar as qualificações dos dois indicados. Simone Tebet (PMDB-MS) sugeriu que o preterido seja agraciado com a próxima indicação do Senado, solução elogiada como “salomônica” por Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

A Armando Monteiro (PTB-PE), relator de sua indicação, Bandeira falou da composição do conselho. Para ele, o fato

de a maioria dos membros, 8 dos 14, serem originários do próprio MP cria “um controle externo com maioria interna”:

— Cabe uma discussão a respeito dessa proporcionalidade. Isso exigiria uma PEC [proposta de emenda à Constituição].

Lasier Martins (PSD-RS) pediu a opinião dos sabatinados sobre a execução penal logo após a condenação em segunda instância, tema de decisão recente do Supremo Tribunal Federal. Bandeira disse considerar “temerário” executar “de forma irrestrita” a pena nessas situações. Vidigal disse que a “mudança repentina da jurisprudência” está “em total contrariedade com a vontade do constituinte”.

Vários senadores pediram atuação mais firme do Ministério Público em outras áreas: Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) cobrou mais controle externo da atividade policial; Hélio José (PMDB-DF) lem-

brou o papel do MP na regularização fundiária; Jorge Viana (PT-AC) pediu esforço pela celeridade das sentenças; Antonio Anastasia (PSDB-MG) propôs tirar da competência do MP casos de interdições, testamentos e curatela, para aliviar a instituição e acelerar os processos. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lembrou que em outros países os procuradores se submetem ao voto popular.

Currículos

Bandeira ingressou no Senado por concurso em 2004 e ocupou diversos cargos, inclusive a Diretoria-Geral. É professor de Direito, mestre pela Universidade Federal de Pernambuco e doutorando na Universidade de Salamanca, na Espanha.

Vidigal é doutor e mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Também é professor e autor de livros de Direito.

Instalado em 2005 pela Emenda Constitucional 45, o CNMP é encarregado da fiscalização administrativa, financeira e disciplinar do Ministério Público. Reúne-se quinzenalmente e é composto por 14 membros: cinco do MP federal; três dos MPs estaduais; dois indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil; um juiz indicado pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça; um cidadão indicado pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado.

Reajuste de planos de saúde será tema de audiência

Três dos maiores planos privados de saúde serão convidados a prestar informações à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sobre reajustes de mensalidades em índices muito acima da inflação, conforme requerimento aprovado ontem. Serão convidadas a Sulamérica, a Amil Assistência Médica e a Geap, operadora dos servidores públicos.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), autor do requerimento, disse que foi verificado reajuste de 46,2% no mês de revisão do plano de saúde, em contraste com uma inflação anual no período de 2,71%. Para ele, vem sendo praticado um “assalto” contra milhões de famílias.

Randolfe culpou diretamente a Agência Nacional de Saúde pelas práticas abusivas. O requerimento menciona que o órgão regulador havia estipulado limite de reajuste de 13,55% em 2017.

A comissão aprovou também pedido de audiência pública para debater os planos, ações



Airton Sandoval preside reunião da CAS que aprovou requerimentos

e restrições orçamentárias no Sistema Único de Saúde (SUS). Para o debate, proposto por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), será convidado o presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Ronald dos Santos.

No início do semestre, o ministro da Saúde, Ricardo Barros, participou de audiência na comissão. Para dar sequência ao debate, argumenta a senadora, é preciso ouvir também o presidente do CNS, órgão vinculado ao Ministério da Saúde, mas com autonomia para atuar no controle social do sistema de saúde pública,

exercendo o papel de instância máxima de decisão.

Também foi aprovado requerimento de audiência para debater substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado 135/2010, que institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras. Assinam o requerimento Randolfe Rodrigues, Paulo Paim (PT-RS) e Dalírio Beber (PSDB-SC).

Também foi aprovada audiência pública sobre a regulamentação da profissão de síndico. O autor do requerimento é o senador Hélio José.

Subcomissão sobre Doenças Raras será presidida por Moka

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) instalou ontem a Subcomissão Especial sobre Doenças Raras, que vai propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com doenças raras e aprimorar a legislação. Foram eleitos o presidente do novo colegiado, senador Waldemir Moka (PMDB-MS), e o vice, Dalírio Beber (PSDB-SC).

A primeira reunião da comissão será em 12 de setembro. A indicação do relator será anunciada na data.

O requerimento para a criação da subcomissão foi tam-

bém de Moka, que é médico. O colegiado é composto de cinco membros titulares, com igual número de suplentes, e vai funcionar até o fim do ano.

No Brasil, há cerca de 13 milhões de pessoas com doenças raras, que são caracterizadas como graves, crônicas e degenerativas. Segundo Moka, existem de 6 mil a 8 mil tipos dessas doenças, entre as quais a distrofia muscular progressiva, a doença de Gaucher (distúrbio do metabolismo) e a doença de Huntington (causa movimentos involuntários).



Moka, que é médico, diz que há entre 6 mil e 8 mil doenças raras

Diretor diz que BNDES não decide sobre obra no exterior

O governo faz acordos com outros países e o banco público de financiamentos executa empreendimentos, como porto em Cuba e hidrelétrica em Angola, afirmou Carlos Thadeu Gomes

O FINANCIAMENTO DE obras em outros países é uma decisão de governo, não do BNDES, disse ontem o diretor da área Financeira e Internacional do banco, Carlos Thadeu de Freitas Gomes. Ele participou de audiência pública promovida pela CPI que investiga irregularidades em operações da instituição.

— O processo decisório na área internacional não depende do banco. O banco executa. São decisões de governo que o BNDES simplesmente executa. A escolha dos países não é decisão do banco. São acordos soberanos, não acordos comerciais simples, são decisões entre governos — afirmou Gomes.

O diretor disse que o BNDES participa atualmente de 20% de todo o estoque de crédito no Brasil. Segundo ele, o BNDES teve papel decisivo para as políticas de enfrentamento da crise econômica internacional a partir de 2008.

Quanto à política de financiamento da internacionalização de grandes empresas brasileiras nos últimos anos, ele disse que as ações ajudaram a alavancar o país no mercado internacional, principalmente nas áreas de bens, serviços e engenharia.

Em respostas ao relator da CPI, senador Roberto Rocha (PSB-MA), Gomes afirmou que o processo de empréstimos do BNDES é transparente e soberano, com as decisões passando por comitês de avaliação antes de serem encaminhadas para as diretorias.

— Qualquer empréstimo passa por diversas assinaturas.



Gomes, Davi Alcolumbre, presidente da CPI, e Roberto Rocha, relator

Esclarecendo questionamentos do relator e do senador Lasier Martins (PSD-RS), o diretor disse que financiamentos de obras no exterior, como um porto em Cuba, uma hidrelétrica em Angola e obras também na Venezuela, Argentina e República Dominicana, nunca deram prejuízos ao BNDES. Segundo ele, apenas atualmente houve atraso em algumas parcelas de Moçambique, mas isso não representa risco ao banco.

Ingerência

Gomes explicou que todo empréstimo ou financiamento para obras no exterior são protegidos por um fundo garantidor e outros mecanismos internacionais de caução, o que dificulta prejuízos ao BNDES.

— A inadimplência é quase inexistente — afirmou.

Já em resposta ao senador Airton Sandoval (PMDB-SP), Gomes declarou que “é óbvio que há ingerência” do Executivo no BNDES. Ele sugeriu que os parlamentares alterem a legislação para que a governança do banco tenha participação e fiscalização

mais efetiva do Congresso, o que poderia impedir ingerências governamentais danosas ao país.

— O BNDES tem que ter menor ingerência política, isso o Congresso pode mudar. A governança política concentrada no presidente da República não é o melhor modelo — disse.

O convidado preferiu não fazer juízos quando Lasier afirmou que há indícios fortes de que o ex-presidente Lula “era companheiro de Marcelo Odebrecht” e oferecia para a empreiteira obras em diversos países.

— O BNDES foi o mensageiro, não é justo atirar no mensageiro. O banco já recebe o pacote fechado — afirmou.

A audiência pública interativa foi conduzida pelo presidente da CPI do BNDES, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Requerimentos

A CPI do BNDES também aprovou quatro requerimentos ontem. Entre eles, um para convidar a ex-procuradora geral da Venezuela Luisa Ortega para audiência pública.

Aprovado relatório sobre “Refis” das dívidas não tributárias

A comissão mista que analisa a medida provisória (MP 780/2017) da renegociação de dívidas não tributárias aprovou ontem relatório do senador Wilder Moraes (PP-GO), complementado por estudo do governo sobre o impacto orçamentário do programa.

A MP será votada na forma de projeto de lei de conversão, com alterações do relator ao texto do Executivo. A MP institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD), uma espécie de Refis, que permite renegociar dívidas com autarquias, fundações federais e fazenda pública vencidas

até 31 de março de 2017, de pessoas físicas ou jurídicas. A previsão do governo é obter R\$ 3,4 bilhões com o PRD.

Na reunião, houve acordo para aprovar destaque da deputada Margarida Salomão (PT-MG), acolhendo emenda do deputado Carlos Zarattini (PT-SP), exigindo que o parcelamento seja acompanhado do cumprimento regular das obrigações com o FGTS. Também foi acolhida emenda do senador José Medeiros (Pode-MT), que reduz as pré-condições para participar do PRD e permite renegociar dívidas com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Marinha deverá falar a comissão sobre programa nuclear

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou ontem audiência sobre o programa nuclear da Marinha, que prevê o lançamento do primeiro submarino nuclear da Força no terceiro trimestre de 2018.

Autor do requerimento, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) considera importante que a Marinha informe o Senado

sobre o andamento do programa:

— Com a audiência, senadores e senadoras poderão ter informações atualizadas.

Por sugestão de Cristovam Buarque (PPS-DF), a CCT também fará uma audiência sobre a fuga de capital humano do Brasil. As datas das duas reuniões ainda serão marcadas.



Leonardo Quintão, relator da MP da Mineração, e senador Flexa Ribeiro

Mineração pode gerar 2 milhões de empregos, prevê relator

O deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), relator da MP 791/2017, acredita que o setor de mineração é o que vai gerar mais empregos no Brasil, podendo chegar a dois milhões de postos de trabalho em 2018. Ele fez a afirmação ontem, em reunião da comissão mista que analisa a matéria.

O parlamentar explicou que o aumento de empregos será possível com a aprovação das MPs 789/2017, 790/2017 e 791/2017, que tratam da modernização da legislação, em vigor há mais de 40 anos.

A MP 791 acaba com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e cria a Agência Nacional de Mineração, que vai regular todas as atividades e a política de mineração no país. A medida provisória tem que

ser examinada pelo Senado até 28 de novembro, quando perde a vigência, segundo informou o senador Flexa Ribeiro (PMDB-PA), presidente da comissão mista.

Também ontem, a comissão mista da MP 789/2017, que altera a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), o royalty cobrado das empresas que atuam no setor, escolheu o senador Paulo Rocha (PT-PA) para presidente e o deputado Marcos Pestana (PSDB-MG) como relator.

E a comissão mista criada para exame da MP 790/2017, que altera a Lei 6.567/1978 e o Código de Mineração, elegeu como presidente a deputada Geovânia de Sá (PSDB-SC) e, como relator, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Vagas no Fies são poucas, alertam debatedores

Participantes de audiência pública realizada ontem pela comissão mista da medida provisória que reformula o Fies questionaram a quantidade de vagas destinada a estudantes de baixa renda no texto editado pelo governo. São 310 mil vagas no ensino superior privado, das quais 100 mil a juro zero para estudantes com renda mensal familiar per capita de até três salários mínimos.

Ex-secretário-executivo do Ministério da Educação, Luiz Claudio Costa citou dados segundo os quais, na faixa etária de 15 a 29 anos, há cerca de 16,4 milhões de jovens fora do ensino superior. Segundo ele, a demanda ainda é muito alta em comparação com o número de vagas oferecidas pelo Fies.

Fátima Bezerra (PT-RN) disse que, com a MP 785/2017, o governo pouco contribui para o cumprimento da meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê a elevação de 50% na taxa bruta de matrícula na educação superior.

— Na verdade, há garantia mesmo de 100 mil vagas. As outras vão depender da parceria

com as instituições privadas.

Luiz Claudio Costa lembrou que o Senado, ao aprovar o PNE, manifestou-se pela inclusão de mais jovens no ensino superior, principalmente os mais vulneráveis. Segundo ele, quase 40% entre os jovens mais ricos têm curso superior, enquanto entre os mais pobres o índice é de apenas 1,3%.



Costa, senador Dalírio Beber, deputado Alex Canziani e Wilson Risolia



Fotos: Roque de Sá/Agência Senado

O relator da comissão mista que analisa o tema, senador Wellington Fagundes (C), defende que a regulamentação da lei complementar permita a compensação de estados de forma integral

Debatedores apontam perdas com Lei Kandir

Em reunião da comissão mista encarregada de regulamentar a lei, especialistas cobram do Congresso critérios para compensação dos estados pela desoneração do ICMS

A COMISSÃO MISTA Especial da Lei Kandir realizou audiência pública ontem para debater a regulamentação da Lei Complementar 87/1996, ainda pendente no Congresso, e os prejuízos enfrentados pelos estados atingidos pela desoneração tributária.

O presidente da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (Fapespa), Eduardo José Monteiro da Costa, afirmou que, passados mais de 20 anos da edição da Lei Kandir, até hoje o Congresso ainda não definiu critérios para compensar os estados pelas perdas na arrecadação, conforme prevê a Constituição.

Dados apresentados mostram que, em 2016, os estados brasileiros registraram perda líquida de R\$ 25 bilhões na arrecadação em razão da

Lei Kandir, que isenta da incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) as exportações de produtos primários e não industrializados. Já no período de 1997 a 2016, as perdas líquidas acumuladas atingiram R\$ 268,9 bilhões. Os estados mais prejudicados foram Minas Gerais (R\$ 64,6 bilhões), Rio de Janeiro (R\$ 60,7 bilhões), Pará (R\$ 35,7 bilhões), Mato Grosso (R\$ 30,8 bilhões) e Espírito Santo (R\$ 28,3 bilhões).

Crise federativa

A Região Centro-Oeste foi a que mais perdeu recursos relativos (8,72%) em 2016. A Região Norte apresentou a segunda maior perda relativa (5,35%), seguida do Sudeste (3,64%), do Sul (3,04%) e do Nordeste (0,87%). Entre os

estados, Mato Grosso teve a maior perda proporcional em comparação às receitas (26,01%), seguido pelo Pará (14,58%), Rio de Janeiro (8,13%), Espírito Santo (7,59%) e Minas Gerais (6,75%).

O presidente da Fapespa considera que falar de Lei Kandir é falar da crise federativa brasileira, que se reflete na falta de equidade nas transferências da União, nos desníveis orçamentários, na diminuição da capacidade de investimentos de alguns estados e na redução de recursos em áreas estratégicas.

Ação no STF

Em 2013, o Pará protocolou no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) do artigo 91 dos Atos das Disposições Constitucio-

nais Transitórias (ADCT), que prevê a compensação. O STF determinou então que o Congresso aprove a regulamentação até 30 de novembro deste ano. Caso contrário, o Tribunal de Contas da União (TCU) fará o cálculo do montante e o valor a ser distribuído entre os estados. Presidida pelo deputado José Priante (PMDB-PA), a comissão mista especial foi criada para analisar propostas de alteração da Lei Kandir.

ICMS

Consultor do Senado Federal Josué Pellegrini apontou fatores que dificultam a solução do problema.

— O ICMS é o principal imposto em arrecadação e de competência dos estados. Deve tributar o consumo, e não exportação e investimentos. Os estados querem com-

pensação para a desoneração do ICMS. E a União entende que não se pode tributar sobre consumo e investimento. Há escassez de receita no Brasil. E um eterno conflito sobre a compensação.

Para José Medeiros (Pode-MT), a crise atual exige uma solução imediata para compensar os prejuízos dos estados e municípios. Ana Amélia (PP-RS) disse que o Congresso pode viabilizar a solução do problema, desde que haja vontade política.

Relator da comissão mista, Wellington Fagundes (PR-MT) defendeu a regulamentação da Lei Kandir, como forma de compensar os estados de forma justa.

— É preciso encontrar um caminho para que a compensação possa ser feita de forma integral.

Plano Safra 2017-2018 atende as demandas, dizem especialistas

A Comissão de Agricultura (CRA) promoveu ontem uma audiência pública para debater o Plano Agrícola e Pecuário 2017-2018, também chamado de Plano Safra.

O debate foi uma sugestão do presidente da comissão, Ivo Cassol (PP-RO), que dirigiu a audiência. Segundo ele, o debate a respeito das estratégias listadas no plano permite avaliar e discutir políticas públicas que tenham ações diretas e promovam o desenvolvimento sustentável do setor agrícola.

— Apesar da crise, o setor vai bem e merece atenção. É o agronegócio que vem sustentando o Brasil—, afirmou. No lançamento do plano,

em junho, o governo anunciou R\$ 190 bilhões para a safra 2017-2018 e reduziu os juros de várias operações. Médios e grandes produtores poderão obter esse crédito entre 1º de julho deste ano e 30 de junho de 2018.

O diretor-substituto da área de Créditos e Estudos Econômicos do Ministério da Agricultura, Antônio Moraes, disse que o volume de recursos do Plano Safra foi cuidadosamente estimado e atende as demandas do setor, destacando que haverá uma taxa especial para ações de inovação tecnológica no campo.

Moraes ainda fez projeções de aumento do agronegócio



Cassol (C) conduz reunião que ouviu avaliação de Moraes (D) e Lucchi (E)

nacional, apontando que as exportações de grãos e carnes devem registrar crescimento considerável até o próximo ano. A exportação de frango deve crescer 17% e a de carnes deve registrar um aumento de 28%.

— Esses números retratam a força e a capacidade produtiva da agropecuária brasileira.

O superintendente técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Bruno Lucchi, informou que no mês de julho já houve registro de aumento de demanda pelos recursos do Plano Safra. A busca pelo crédito Inovagro, que financia inovações tecnológicas na área rural, cresceu mais de

900% em relação a julho do ano passado. Já no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), a procura cresceu 319%.

O aumento, segundo Lucchi, se deve à expectativa da queda de juros para o período de 2017-2018, o que fez com que os produtores retardassem os negócios. Lucchi, no entanto, mostrou preocupação com o seguro rural, que ainda não teve todo o valor previsto liberado pelo governo e tem sofrido mudanças de regras.

— O setor tem dado retorno para o Brasil, então precisa ter uma atenção especial do governo, principalmente do Ministério da Fazenda— afirmou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Avança livre comércio em cidades do Acre

Projeto aprovado na Comissão de Desenvolvimento Regional autoriza a criação de áreas com isenção de impostos em municípios nas fronteiras com Peru e Bolívia

A COMISSÃO DE Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem projeto do senador Jorge Viana (PT-AC) que cria áreas de livre comércio nos municípios de Plácido de Castro, Assis Brasil, Santa Rosa e Capixaba, no Acre. O PLS 184/2017 segue para a análise da Comissão de Assuntos Econômicos.

O relator foi o senador Sérgio Petecão (PSD-AC), que informou sobre visitas que fez às cidades para buscar a opinião de empresários sobre a proposta.

Segundo o senador, o apoio à medida é unânime, uma vez que esses municípios têm sofrido a concorrência de cidades como Cobija, na Bolívia.

— O comércio em Cobija cresceu e continua crescendo muito mais que o do nosso lado, porque o governo deles cria condições. Virou uma concorrência desleal e o governo brasileiro continua sem fazer nada.

Ambiente amigável

Petecão acredita que a instalação das áreas de livre comércio, estabelecendo um regime aduaneiro diferenciado para as empresas, pode criar um ambiente mais amigável para



Viana, autor do projeto (D), ao lado de Ângela Portela (C) e Petecão (E), relator, durante a votação na CDR

investimentos nessas cidades, demandando até mesmo as matérias-primas locais.

Jorge Viana considera sua proposta como um modelo que deveria ser implantado em todas as regiões fronteiriças com características semelhantes, em que um município brasileiro está junto a uma cidade estrangeira.

— No que se refere ao Acre, não tenho nenhuma dúvida que todos os agricultores, seringueiros e comunidades serão beneficiadas com as áreas de livre comércio. É o que pode criar emprego e

desenvolvimento.

O senador disse ainda que hoje o litro da gasolina em Santa Rosa é vendido por cerca de R\$ 8, praticamente inviabilizando novas atividades comerciais. Além disso, segundo ele, tem aumentado o número de moradores de Rio Branco que viajam para a Bolívia ou o Peru nos fins de semana para fazer compras.

Como ficam as áreas

Pelo texto aprovado, as cidades de Plácido de Castro, Assis Brasil, Santa Rosa e Capixaba tornam-se áreas de

livre comércio para exportação e importação, sob um regime fiscal especial. Com isso, caberá ao governo federal demarcar os locais próprios para o entreposto de mercadorias a serem comercializadas internamente, reexportadas ou enviadas para o restante do território nacional.

Empresas autorizadas

As mercadorias estrangeiras ou nacionais enviadas às áreas terão que ser destinadas a empresas autorizadas a operar nessas cidades.

Serão isentos do Imposto de

Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados produtos estrangeiros para: beneficiamento de recursos minerais, matérias-primas de origem agrícola ou florestal, pecuária ou pescado; processamento industrial; agropecuária e piscicultura; instalação e operação de turismo e serviços; estocagem visando a comercialização no mercado externo; e bagagem acompanhada de viajantes, observados os limites fixados pelo governo.

As demais mercadorias estrangeiras, inclusive as utilizadas como partes, peças ou insumos de produtos industrializados nas áreas de livre comércio, ficarão isentas da tributação, mas sobre elas incidirão impostos no momento da internação.

Guia de importação

O projeto prevê ainda que as importações de mercadorias destinadas às áreas de livre comércio estarão sujeitas à guia de importação e deverão contar com a prévia anuência do órgão gestor das políticas públicas de desenvolvimento da indústria, do comércio e de serviços, e das políticas de comércio exterior.

Comissão aprova mais autonomia para as três subdesdes da Suframa

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou ontem proposta da senadora Ângela Portela (PDT-RR) que concede maior autonomia administrativa às unidades descentralizadas da Zona Franca de Manaus (PLS 133/2017). O projeto segue para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O relatório pela aprovação é do senador Sérgio Petecão (PSD-AC) e determina que essas subdesdes passem a ter autonomia administrativa, com limites definidos no regimento interno do órgão, para planejar e executar ações visando ao desenvolvimento sócio-econômico dos estados em que se encontram.

A sede da Zona Franca fica em Manaus (AM), mas a superintendência mantém unidades administrativas descentralizadas nas capitais dos demais estados que compõem a Amazônia Ocidental (Acre, Rondônia e Roraima) e nas Áreas de Livre Comércio.

— Essas unidades precisam atuar de maneira mais articulada com as realidades locais. Então a concessão de alguma autonomia é recomendável. Por isso, a proposta é positiva,

pois possibilita uma maior aderência das subdesdes às realidades de cada estado, porém o faz de forma limitada àquilo que estabelece o regimento — esclareceu Petecão durante a votação.

Recursos

Ângela disse, durante a reunião, que existe hoje a percepção de que a Suframa passa por uma “centralização excessiva” e não aplica nem mesmo os recursos arrecadados por suas unidades descentralizadas em benefício dos estados onde tiveram origem.

— Além disso, somam-se os constantes contingenciamentos. O fato concreto é que não existe hoje uma política de desenvolvimento. A Suframa não realiza investimentos necessários para atender à demanda por ações de desenvolvimento fora de sua sede principal — reclama.

O projeto foi elogiado pela presidente do colegiado, senadora Fátima Bezerra (PT-RN), para quem a proposta reflete o propósito da comissão, que é focar na descentralização das estratégias de desenvolvimento.

Privatização da Eletrobras será tema de audiência

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou ontem, a pedido de Lídice da Mata (PSB-BA), Jorge Viana (PT-AC) e Humberto Costa (PT-PE), a realização de audiência pública para debater a proposta do governo de privatizar o sistema Eletrobras.

Serão convidados para a audiência, que ainda não tem data definida, o ex-ministro de Minas e Energia Nelson Hubner; o ex-presidente da Empresa de Pesquisa Energética Maurício Tolmasquim; o ex-diretor da Eletrobras Luiz Pinguelli Rosa; o presidente do Clube de Engenharia, Pedro Celestino; o coordenador da Plataforma da Energia, Gilberto Cervinski; o ex-presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco João Bosco Almeida; e um representante

da atual gestão da Eletrobras.

O processo de privatização da empresa, que será definido em edital, recebeu duras críticas na reunião. Viana considera “muito grave” o governo abrir mão da gestão de um setor estratégico para o desenvolvimento nacional.

— Todas as nações de maior relevância geopolítica tratam o setor elétrico como umbilicalmente ligado à segurança e à soberania do país, inclusive os Estados Unidos, com 15% de sua matriz hidrelétrica estatal.

Ativos

Com ativos de 47 usinas hidrelétricas, 69 usinas eólicas, 114 termelétricas, fora as empresas de distribuição e transmissão, e investimentos de mais de R\$ 400 bilhões, o sistema não pode ter seu

controle entregue por R\$ 20 bilhões e de “maneira apressada”, segundo Viana. O ideal, acrescentou, é que o processo seja interrompido e rediscutido em novas bases.

Lídice disse que o Nordeste vê como “absolutamente inaceitável” que a privatização do sistema dê a empresas privadas o controle das águas do Rio São Francisco por 30 anos.

Ângela Portela (PDT-RR) apontou o risco de isolamento de Roraima em relação ao resto do país. Ela lembrou que seu estado depende da energia fornecida pela Venezuela, que passa por grave crise política. E disse que a venda da Eletrobras deverá tornar mais distante a integração de Roraima ao sistema nacional, com risco de apagão se o suprimento venezuelano for interrompido.

Colegiado quer contratos da Octapharma auditados

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) solicitará ao Tribunal de Contas da União uma auditoria nos contratos celebrados entre o Ministério da Saúde e a empresa Octapharma, que desenvolve e produz proteínas humanas. O requerimento é de Romário (Pode-RJ), que aponta a

necessidade de verificar a “legalidade e legitimidade” dos contratos, assim como os repasses de recursos à empresa.

Ele argumenta que a Octapharma é investigada em Portugal pela Operação Marquês, considerada semelhante à Lava Jato. As investigações, iniciadas em 2014, apuram crimes de

corrupção e lavagem de mais de 23 milhões de euros. Há também investigações contra a empresa no Brasil, aponta o senador.

Para Romário, os valores “vultosos” e as suspeitas sobre a empresa em Portugal justificam a auditoria nos contratos brasileiros.

Eunício quer baixar juros de fundos regionais

Presidente do Senado diz que discute com a área econômica do governo mudanças para fazer reduzir as taxas dos fundos constitucionais de desenvolvimento regional

OS JUROS PARA financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste podem deixar de ser fixados pelo Conselho Monetário Nacional, informou ontem o presidente do Senado, Eunício Oliveira.

Ele disse que conversa com a equipe econômica e com o presidente da República, Michel Temer, sobre a elaboração de uma medida provisória a ser encaminhada ao Congresso Nacional nos próximos dias.

— Mantenho essa negociação permanente com a equipe econômica para que os juros desses fundos tenham uma política de queda continuada. Os fundos regionais têm a função constitucional de estimu-



Eunício: mudanças irão beneficiar as regiões menos desenvolvidas

lar as economias dos estados menos industrializados. São para fomentar investimentos, e não para trazer lucros exorbi-

tantes às instituições bancárias estatais. Hoje, essa lógica está invertida — afirmou Eunício.

A ideia, continuou o sena-

dor, é que os juros dos fundos constitucionais tenham como parâmetros a Taxa de Longo Prazo (TLP) — criada pela Medida Provisória 777/2017 para empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — e o Coeficiente de Desequilíbrio Regional. Aprovada com mudanças no Senado, a MP 777 ainda será votada pela Câmara dos Deputados.

Taxas pela metade

Com a adoção desses critérios, os juros das operações financiadas com recursos dos fundos constitucionais serão menores do que a TLP, que é uma taxa nacional. Os juros reais do Fundo de Financiamento do Nordeste, por exemplo,

seriam de aproximadamente a metade das taxas da TLP.

Desigualdades

Para Eunício, a mudança na taxa de juros dos fundos constitucionais será uma “conquista” para as regiões menos desenvolvidas, dando caráter permanente à política de combate às desigualdades no país.

— Estou trabalhando para que a MP permita ainda tratamento diferenciado para produtores rurais pequenos e médios com faturamento até R\$ 90 milhões, projetos de inovação, de oferta de água potável e saneamento — afirmou o presidente do Senado.

Com Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Segue para Plenário projeto que regulamenta uso de piscinas

Proposta que regulamenta o uso de piscinas e impõe regras de segurança, como a instalação de proteção para evitar a sucção de cabelos pelo ralo, foi aprovada ontem na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

O texto aprovado — um substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 71/2014 — segue em regime de urgência para a apreciação do Plenário.

A proposta aprovada torna obrigatória a instalação de dispositivo que evite o enlace de cabelos ou a sucção de membros do corpo pelo ralo. Além disso, impõe a instalação de equipamento manual que permita a interrupção imediata de sistemas automáticos para a recirculação de água em piscinas. O dispositivo deve ficar em local visível, bem sinalizado e de livre acesso para o caso de emergências.

Também estabelece que a área das piscinas deve ter piso antiderrapante.

— É uma matéria polêmica e de um alcance social impressionante — avaliou o relator, Dário Berger (PMDB-SC).

A proposição cria padrões mínimos de segurança para a fabricação, instalação e funcionamento de piscinas ou similares, além de atribuir responsabilidades em caso de descumprimento até mesmo aos construtores das piscinas. Fica determinado ainda, pelo projeto, que todos os produtos ou dispositivos de segurança para piscina e similares deverão possuir certificado do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

Dário Berger decidiu apresentar um substitutivo com texto mais objetivo que o originalmente sugerido pelo autor, deputado Mário Heringer (PDT-MG). O relator

avaliou que a proposta que veio da Câmara dos Deputados tratava de minúcias que devem ser detalhadas por normas infralegais.

A proposta estabelece responsabilidades também para os usuários, como o respeito à sinalização de advertência e às normas de utilização da piscina, comportamentos necessários para a prevenção de acidentes. Aos proprietários e administradores, compete disponibilizar sinalização adequada de advertência e regras de utilização. O texto determina ainda que devem ser respeitadas as normas sanitárias na construção e manutenção das piscinas.

Dário frisou a necessidade de os usuários respeitarem as regras e seguirem as condutas permitidas, evitando colocar-se em situação de risco. Somente assim, argumentou, será possível alcançar o objetivo da proposta.



Dário Berger apresentou substitutivo que torna projeto mais objetivo

Advogado de Lula na ONU alega desrespeito ao ex-presidente

A queixa apresentada pela defesa do ex-presidente Lula ao Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas foi tema de debate ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Os participantes da audiência defenderam o direito do ex-presidente ao julgamento imparcial e criticaram alguns procedimentos da Operação Lava Jato.

Lula é representado na queixa pelo australiano Geoffrey Robertson, advogado especialista em direitos humanos e liberdades civis. Robertson alega que o julgamento do ex-presidente pelo juiz Sérgio Moro tem desrespeitado

garantias fundamentais do Estado democrático.

Na audiência, o advogado disse que todo cidadão merece um julgamento imparcial e questionou o uso das prisões preventivas pela Operação Lava Jato. Para ele, há um alargamento proposital do período de detenção para que os investigados, pressionados psicologicamente, fechem acordos de delação premiada.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) defendeu investigação parlamentar sobre o que classificou como “abusos da Lava Jato” e criticou a postura do Judiciário que permite o tratamento diferenciado, de acordo com a origem e a cor do cidadão.

O representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Carlos Moura, lembrou a diferença de tratamento dada pela polícia brasileira a cidadãos pobres e negros e sugeriu que Robert-

son se debruce sobre o instituto do “auto de resistência”, registro policial que tem sido usado para justificar execuções sumárias, sob a alegação de que houve resistência à prisão por parte da vítima.



Robertson, presidente da CDH, senadora Regina Sousa, e deputado Paulão

Rótulo de alimento deve ter cores para ingredientes

Os rótulos das embalagens de alimentos deverão distinguir os elementos nutricionais do produto com cores diferentes. A obrigação está prevista no PLS 489/2008, aprovado ontem pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. O texto segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos.

O projeto, de Cristovam Buarque (PPS-DF), tem o objetivo de levar o consumidor a procurar uma alimentação mais saudável, criando um modo simples, claro e ostensivo de informá-lo sobre a qualidade nutricional do que vai comprar.

Cristovam justifica a medida com base no aumento dos índices de obesidade, diabetes e doenças cardiovasculares na população. Segundo ele, a falta de tempo e a carência de informação adequada levam as pessoas a consumir salgadinhos, sanduíches e refrigerantes em vez de pratos saudáveis. O projeto, acredita o senador, ajudará na adoção de hábitos de alimentação saudável, o que pode contribuir para a diminuição da ingestão de substâncias nocivas causadoras de resistência à insulina e ao diabetes.

O relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), mudou o texto para determinar que os rótulos apresentem informações nutricionais em cores diferenciadas, baseadas na classificação adotada pelo Reino Unido.

Jornal do Senado

Uma reconstituição histórica

Órgão do Senado do Império

Rio de Janeiro, quarta-feira, 21 de novembro de 1888

Dom Pedro II homenageia a Lei Áurea em Fala do Trono

Quase seis meses depois da aprovação da lei que pôs fim ao trabalho escravo no Brasil, o imperador Pedro II falou ontem pela primeira vez à Assembleia-Geral sobre a grande transformação social que nosso país vem experimentando. Ao se dirigir a deputados e senadores no encerramento da sessão legislativa, dom Pedro II ressaltou a forma ordeira que sucedeu a assinatura da Lei Áurea.

— Podemos desvanecernos do modo pacífico por que se opera a transformação do trabalho em virtude da lei de 13 de maio, cuja decretação tanto me consolou das saudades da pátria, montando os meus sofrimentos físicos. O Brasil deu por esse ato novo testemunho de sua idoneidade para todos os progressos morais.

Lei Áurea

A Lei 3.353 foi sancionada pela princesa regente, dona Isabel, no dia 13 de maio, quando o Imperador se recuperava de um grave problema de saúde na cidade de Milão, na Itália. A distância impôs uma

defasagem de nove dias até que dom Pedro II fosse informado de que no Brasil não havia mais escravos. Os que estavam ao seu lado testemunharam sua alteza murmurar de seu leito, com voz fraca e lágrimas nos olhos: “Grande povo, grande povo!”. Em seguida, relataram, o imperador chorou copiosamente.

Hospitalidade

Ao se dirigir ao Parlamento, dom Pedro II mencionou a hospitalidade com que foi recebido nos lugares da Europa onde procurou auxílio médico e destacou o bom momento das relações do Brasil com outros países.

— Continuam inalteráveis as relações do Império com as potências estrangeiras. Nosso procedimento, sempre justo, há de concorrer para que perdurem.

Homenagens

Dom Pedro II também agradeceu as homenagens recebidas ao desembarcar, ao lado da imperatriz dona Tereza Cristina, no Rio de Janeiro, em 22 de agosto. Naquele dia, o país comemorou com



O imperador com coroa, manto e cetro na fala do trono

entusiasmo seu retorno. De todos os lugares do Brasil, chegaram provas da afeição ao imperador.

— Meu júbilo ao comparecer neste recinto é hoje mais intenso, pela

ventura de ter podido voltar à pátria e continuar a servi-la — disse dom Pedro II.

A educação foi outro tema de destaque na fala do imperador. De acordo com dom Pedro II, “a

instrução pública em geral e a profissional, acomodadas as atuais circunstâncias, exigem providências de que muito depende nosso progresso”. O imperador disse confiar que senadores e deputados se aprofundarão sobre esse tema.

Solenidade

Eram 13h15 quando a imponente carruagem puxada por oito cavalos parou em frente ao Palácio dos Arcos, sede do Senado do Império. Paramentado com coroa, manto, cetro e a murça feita de penas de papo de tucano, dom Pedro II e a imperatriz, dona Tereza Cristina, foram recepcionados por comitivas designadas pelo presidente do Senado, o Visconde de Serro Frio.

Auxiliado por seu mordomo-mor, o marquês de Tamandaré, dom Pedro II foi levado ao salão por um grupo de 17 senadores e 10 deputados.

A imperatriz, a princesa Isabel e seu marido, o conde D’Eu, foram acomodados num camarote à direita do trono. A solenidade foi rápida, não durou mais do que 15 minutos.

Abolição da escravatura tem apenas dois artigos

Pouco dias antes de assinar a Lei Áurea, a então princesa regente, dona Isabel, compareceu ao Senado em 3 de maio para proferir a fala do trono na abertura da sessão

legislativa e defendeu o fim da escravatura.

— A extinção do elemento servil, pelo influxo do sentimento nacional e das liberalidades particulares, em honra

do Brasil, adiantou-se pacificamente de tal modo que é hoje aspiração aclamada por todas as classes com admiráveis exemplos de abnegação da parte dos proprietários.

Dez dias depois, num domingo, estava extinto em todo o Brasil o trabalho escravo. Com uma pena de ouro ofertada pelo povo, dona Isabel sancionava, no Paço da Cidade, a Lei 3.353, que tem apenas dois artigos:

“Art. 1º É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário”.

Rapidez

Poucas vezes, nos seus 62 anos de funcionamento, a Assembleia-Geral produziu uma lei com tamanha urgência.

Da data em que chegou à Câmara dos Deputados, até a aprovação pelo Senado do Império, passaram-se apenas seis dias de tramitação.



O ato de sanção da Lei Áurea por dona Isabel reuniu às 15h do dia 13 de maio, no Paço da Cidade, senadores, deputados, ministros e outras autoridades. Ao lado, o autógrafo da princesa regente na lei



Escravidão no Ceará acabou há 4 anos e repercutiu na Corte

O Ceará aboliu a escravatura em 1884, servindo de exemplo para outras províncias. Pág. 3

Ontem também foi aniversário da morte de Zumbi

Em 20 de novembro de 1695 morria o último comandante do Quilombo dos Palmares. Pág. 2

Dom Pedro I iniciou rito de abrir o ano de trabalho do Senado

Na fala do trono, o imperador informa ao Senado as prioridades do governo. Pág. 2

Em sessão, o imperador fala das prioridades do governo

Inaugurada por dom Pedro I, cerimônia é realizada no início e no final do ano legislativo no Palácio dos Arcos, sede do Senado

Dom Pedro I foi quem inaugurou em 1823, ano seguinte ao da Independência do Brasil, o ritual de se dirigir pessoalmente ao Palácio Conde dos Arcos, sede do Senado, para informar aos deputados e senadores o que o governo espera do Parlamento no período.

Na abertura dos trabalhos legislativos de 1826, por exemplo, dom Pedro I pediu atenção especial à educação. O pedido do imperador foi atendido no ano seguinte, quando Senado e Câmara aprovaram uma lei determinando a instalação de “escolas de primeiras letras” para meninas nas cidades mais populosas.



Palácio Conde dos Arcos, sede do Senado do Império

Nos nove anos entre a abdicação de dom Pedro I e a entronização de dom Pedro II, os pronunciamentos eram proferidos pelos ocupantes das regências, entre eles o padre Feijó.

Nas ocasiões em que

o imperador esteve fora do Brasil, a missão coube à princesa regente, dona Isabel, como na abertura dos trabalhos legislativos em maio, 10 dias antes da assinatura da Lei Áurea.

Dom Pedro II também

pregou sobre o fim da escravidão. Em 1867 ele disse em sua fala do trono.

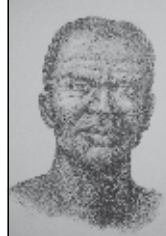
— O elemento servil no Império não pode deixar de merecer oportunamente a vossa consideração, provendo-se de modo que, respeitadas a propriedade atual e sem abalo profundo em nossa primeira indústria, a agricultura, sejam atendidos os altos interesses que se ligam à emancipação.

História

As falas do início e do fim do ano legislativo são cuidadosamente guardadas pelo Arquivo do Senado e um dia haverão de constituir importante objeto de estudo aos historiadores.

20 de novembro: 193 anos da morte de Zumbi dos Palmares

O encerramento da Assembleia-Geral ocorreu no mesmo dia em que



se lembra a morte do líder negro Zumbi dos Palmares. Foi há 193 anos, em 20 de novembro de 1695, que o último chefe do Quilombo dos Palmares teve sua cabeça cortada pelo capitão Furtado de Mendonça, que recebeu 50 mil réis como recompensa de dom Pedro II de Portugal. O monarca era tataravô do nosso imperador.

Quicá a memória de Zumbi seja reverenciada um dia como a de um homem que lutou pela liberdade dos negros.

Senado protagonizou sessão histórica para aprovar lei

As atenções da Corte se voltaram para o Senado do Império nos dias 12 e 13 de maio, quando se processava a discussão final do Projeto de Lei 1 da Câmara dos Deputados, que bania de forma imediata e incondicional a escravidão no território brasileiro.

A proposta foi aprovada sem dificuldades pela Casa. Apenas dois senadores, os conservadores João Maurício Wanderley, o barão de Cotegipe (BA), e Paulino de Sousa (RJ), o segundo visconde

de Uruguai (RJ), se posicionaram contra a iniciativa. Logo após a leitura da proposta na sessão do dia 11, pelo primeiro vice-presidente do Senado, Antônio Cândido da Cruz Machado, que exercia a Presidência da Casa, o líder do liberalismo abolicionista, senador Manuel Pinto de Sousa Dantas (BA), solicitou que fosse nomeada a comissão especial de cinco membros destinada a dar o parecer sobre o projeto.

A solicitação foi acolhida sem debate e Cruz Machado

nomeou para compor o colegiado os senadores Sousa Dantas (RJ); Jerônimo José Teixeira Júnior (RJ); José Antônio Correia da Câmara (RS); Alfredo Escagnolle Taunay (SC) e Affonso Celso (pai), o visconde de Ouro Preto (MG).

Parecer

A comissão apresentou imediatamente um parecer, destacando que a proposta continha “providência urgente, por inspirar-se nos mais justos e imperiosos intuítos”.

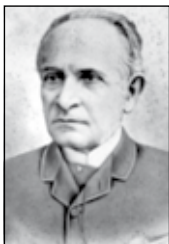
No sábado, dia 12, durante a segunda discussão, Cotegipe fez longo pronunciamento contrário à proposta, que foi aprovada no domingo, dia 13, em sessão extraordinária.

O senador e presidente do Conselho de Ministros, João Alfredo (PE), comunicou, então, que a princesa regente receberia às 15h, no Paço da Cidade, a comissão de senadores que levaria o decreto da Assembleia-Geral declarando extinta a escravidão no Brasil.

Durante debate no Senado, Cotegipe criticou a abolição

“A verdade é que vai haver uma perturbação enorme no país durante muitos anos.” A previsão sombria foi feita pelo senador João Maurício Wanderley, barão de Cotegipe (BA), ao atacar o projeto da abolição da escravidão. A principal crítica de Cotegipe se referia ao fato de que a proposta não previa indenização aos proprietários de escravos.

— Entendo que grandes males vão surgir dessa medida, que convém que sejam, o quanto antes, tomadas providências em benefício não só da lavoura, como também dos que vão ser libertados.



Barão de Cotegipe

“Vamos construir uma nova pátria”, disse Sousa Dantas

O senador Sousa Dantas (BA) afirmou que a abolição não marcará no Brasil “uma época de miséria, de sofrimentos e de penúria”. Dantas manifestou a convicção de que “o desaparecimento de 600 mil criaturas escravas”, em vez de produzir “a nossa ruína”, tornará o Brasil mais próspero, graças ao trabalho livre.

— Até onde a minha experiência dos negócios, o meu estudo de todos os dias me puderem dar alguma autoridade, eu direi desta cadeira a todo o Brasil que nós, hoje, vamos constituir uma nova pátria.



Sousa Dantas

Brasil teve outras normas para conter a escravidão

Em 1831, a Câmara promulgou uma lei que proibia o tráfico de escravos. Fruto de acordo do Brasil com a Inglaterra, a lei previa que todos os escravos que entrassem no território ou portos do Brasil ficariam livres. De tão desrespeitada, a norma ganhou o apelido de “lei para inglês ver”.

A Lei Eusébio de Queiróz, em 1850, e a Lei Nabuco de Araújo, em 1854, também ajudaram a coibir o tráfico até que, em 1855 ocorreu o último desembarque de escravos africanos no Brasil, em Pernambuco.

Em 1871, era promulgada por Dom Pedro II a Lei do Ventre Livre, dan-

do liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir daquela data, mas os mantendo “em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães”, os quais deveriam criá-los até os 8 anos, quando o senhor optava entre receber do Estado indenização de 600 mil réis ou utilizar-se dos serviços do menor até os 21 anos.

Também sancionada por dom Pedro II, a Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotegipe, de setembro de 1885, dava liberdade aos escravos com mais de 65 anos de idade. Na prática, teve pouco efeito, pois a expectativa de vida de um escravo era de 40 anos.

Expediente

Esta edição especial reproduz episódios relacionados às falas do trono e à abolição da escravatura. O formato adotado simula o que seria uma edição do **Jornal do Senado** publicada em 21 de novembro de 1888, dia seguinte ao da sessão imperial em que D. Pedro II encerrou o ano legislativo. Na época, o Senado não possuía publicação jornalística. Foi elaborada com base em periódicos da época e documentos do Arquivo do Senado, além da edição especial do **Jornal do Senado** de 13 de maio de 2008, em comemoração aos 120 anos da Lei Áurea, coordenada pelo jornalista José do Carmo Andrade (in memoriam) e do *Arquivo S* de 2 de fevereiro de 2015, do jornalista Ricardo Westin.

Créditos das fotos:

Pág. 1: Pedro Américo/Museu Imperial de Petrópolis; Abolição da Escravidão, Victor Meirelles/Itaú Cultural. **Pág. 2:** Palácio dos Arcos/litografia do séc. 19; Zumbi dos Palmares, Pedro Celso Cruz de Souza; senadores/Arquivo SF. **Pág. 3:** Castigo Público no Campo de Santana, Rugendas/Fund. J. Nabuco. **Pág. 4** Missa Campal em Ação de Graças pela Abolição, Antonio Luiz Ferreira/IMS; retratos/Fund. J. Nabuco; ABL; Arquivo JS.

ARQUIVO DO SENADO

Serviço de Arquivo Histórico:
Rosa Vasconcelos

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: **Flávio Faria**
Coord.-geral: **Silvio Burle**

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: **Marcio Maturana**
Redação e edição: **Maurício Müller**
Diagramação: **Claudio Portella**
Pesq. fotográfica: **Marrri Nogueira**
Revisão: **Juliana Steck**

Impresso na Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Ceará libertou os escravos 4 anos antes da Lei Áurea

Jangadeiros tiveram papel fundamental na decisão que repercutiu na corte e estimulou os ideais abolicionistas em outras províncias

Nas duas últimas décadas, a ideia de libertação dos escravos foi se irradiando para o interior do Brasil, motivando desde simples jangadeiros e donos de barcas no Nordeste que se recusavam a participar do transporte de cativos, até jornalistas, maçons, poetas, escritores e políticos que abraçaram a causa com entusiasmo.

Na província cearense, o fim da escravidão foi proclamado há quatro anos. O Ceará assumiu, no dia 25 de março de 1884, a responsabilidade histórica de decretar a extinção do

trabalho escravo em todo o seu território. A iniciativa pioneira repercutiu intensamente na corte e nas províncias, reforçando os movimentos que já começavam a tomar corpo em outras partes do país, como Amazonas, Bahia e Paraíba.

A grande festa da abolição no Ceará reuniu a população da capital na Praça Castro Carreira. Canhões da Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção reboaram e os sinos repicaram. Um grande desfile atravessou a cidade antiga, desde a Rua 1º de Março até o passeio público.

Em meio às manifestações, o presidente da Província, Sátiro de Oliveira Dias, declarou em tom solene: “Para a glória imortal do povo cearense, e em nome e pela vontade desse mesmo povo, proclamo ao país e ao mundo que a província do Ceará não possui mais escravos”.

O abolicionista José do Patrocínio, que se encontrava em Paris dias antes do banimento da escravidão no Ceará, enviou carta ao escritor francês Victor Hugo comunicando que uma província brasileira estava prestes a ser considerada

liberta do cativo. O grande pensador, na resposta a Patrocínio, afirmou que com a iniciativa libertadora “a barbárie recua e a civilização avança”.

Os jangadeiros também tiveram papel decisivo. Em 27 de janeiro de 1881, tendo à frente Francisco José do Nascimento, conhecido como “Dragão do Mar”, os jangadeiros firmaram sua posição: “no porto do Ceará não se embarcam mais escravos!”.

Com essa atitude, eles conseguiram de fato abolir o tráfico de escravos na província.

Tráfico de africanos para o Brasil começou no século 16

Há quem diga que os primeiros negros foram trazidos ao Brasil entre os anos de 1516 e 1526, mas somente com o desenvolvimento do cultivo da cana no Nordeste cresceu significativamente a demanda por negros escravos. É difícil avaliar com precisão o volume do tráfico externo para o Brasil durante os três séculos e meio de duração do trabalho escravo. A maioria dos estudiosos estima a vinda de aproximadamente 3,5 milhões de pessoas.

Os escravos trazidos ao Brasil pertenciam a dois grupos de língua e cultura distintas: o dos sudaneses, encontrados nas regiões mais ao norte do litoral africano, e os bantos, nas áreas ao sul do Equador.

O Gabinete Dantas, que esteve no poder de 6 de junho 1884 a 5 de maio de 1885, e levantamento realizado em 1887 forneceram dados estatísticos sobre a população escrava no Brasil nos últimos anos:

1873:
1.541.348 escravos

1883:
1.211.946 escravos

1887:
723.419 escravos

A classificação por idade dos 723.419 escravos matriculados no levantamento de 1887 é a seguinte:

Menores de 30 anos:
195.726 escravos

De 30 a 40 anos:
336.174 escravos

De 40 a 50 anos:
122.097 escravos

De 50 a 55 anos:
40.600 escravos

De 55 a 60 anos:
28.822 escravos

Mossoró foi pioneira na abolição da escravatura

A força do movimento abolicionista logo atingiu a cidade de Mossoró (RN), que abraçou a causa com entusiasmo — especialmente a Loja Maçônica 24 de Junho. A cidade comemorou em grande evento, em 30 de setembro de 1883, o fim

da escravidão, ocasião em que o líder da Sociedade Libertadora Mossoroense, Joaquim Bezerra da Costa Mendes, fez uma declaração histórica.

— Mossoró está livre: aqui não há mais escravos!

O exemplo dessa cidade passou a ser seguido por

comunidades do interior da província do Rio Grande do Norte. Açú libertou seus escravos em 24 de junho de 1885; depois Carnaúba, em 3 de março de 1887; e, logo a seguir, Triunfo, em 25 de maio de 1887. Natal não possuía mais escravos no início deste ano.

No Piauí, em 1870, o jornalista David Moreira Caldas iniciou campanha abolicionista pela imprensa, fundando o jornal *Oitenta e Nove*, que, em fevereiro de 1873, “profetizou” a abolição da escravatura no centenário da Revolução Francesa, em 1899.



O escravo que se insurgia contra o trabalho servil era duramente punido com castigos físicos, muitas vezes em praça pública

Mocambos inauguraram a resistência de negros no Brasil

Os africanos escravizados no Brasil não demoraram muito para dar início aos movimentos de fuga e formação de acampamentos armados, que, além de servirem de moradias, eram principalmente centros de

resistência e contribuíram para o fim do trabalho escravo. Por volta de 1575, já se registravam movimentos de fuga de escravos na capitania da Bahia. Inicialmente eles se reuniram no que se chamou de mocambo,

espécie de acampamento militar e moradia dos negros de língua bantu da África Central e Centro-Ocidental.

Em 1588 foi publicado regimento que estabelecia “punição exemplar” para os fugitivos. Nos quase

quatro séculos de escravidão no Brasil, houve grande enfrentamento de tropas do governo e perseguições determinadas pelos senhores dos escravos, que contavam com o trabalho dos capitães do mato. As capitanias de

Sergipe e da Bahia foram tomadas por mocambos no início do século 17. Na Paraíba, em 1691, formou-se o Quilombo do Cumbe, combatido em 1731. No Rio de Janeiro, os primeiros registros são de 1625.

A semana em que o Império parou

Comemorações pela Lei Áurea se estenderam a todas as províncias e até ao exterior

A semana de 13 a 20 de maio foi de comemorações em todo o Império e também no exterior. O milagre da ciência e da técnica neste final do século 19, de que é exemplo o telégrafo, com a ajuda dos cabos submarinos, fez com que a notícia da abolição chegasse rapidamente à maioria das províncias brasileiras e a grande parte das nações americanas e europeias.

Populares saíram às ruas numa explosão de alegria nunca vista no Império.

Na Argentina, Buenos Aires decretou feriado no dia 17 de maio para um grande festejo cívico em honra do Brasil livre.

Missa campal

Também no dia 17 pela manhã, a princesa regente, dona Isabel, e seu marido, o conde D'Eu, príncipe consorte, participaram com políticos, autoridades e intelectuais de uma missa

campal em ação de graças à abolição. O ato reuniu no Campo de São Cristóvam cerca de 30 mil pessoas.

O aclamado escritor

Machado de Assis assistiu à missa no camarote imperial e, dias depois, registrou com ironia, em crônica publicada no jornal *Gazeta*

de Notícias de 19 de abril, a alforria concedida a um escravo, antes que a lei a determinasse (veja trecho no quadro ao lado).

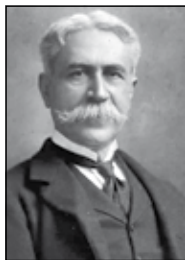


Dona Isabel ao lado do conde D'Eu na missa campal. No canto inferior (D), Machado de Assis

“O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes da abolição legal, já eu, em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu a toda a gente que dele teve notícia; que esse escravo tendo aprendido a ler, escrever e contar (simples suposições), é então professor de filosofia no Rio das Cobras; que os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem à lei, mas os que se antecipam a ela, dizendo ao escravo: ‘és livre’, antes que o digam os poderes públicos, sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do céu. Boas noites!”

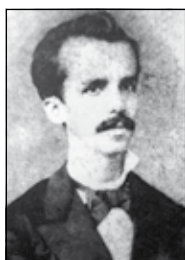


GRANDES DEFENSORES DA ABOLIÇÃO



Joaquim Nabuco

Diplomata, historiador, jurista, jornalista e político, Joaquim Nabuco foi o maior porta-voz do abolicionismo parlamentar. Sua campanha antiescravocrata na Câmara dos Deputados começou em 1878. Ele fundou a Sociedade Antiescravidão Brasileira, o que mostra sua luta veemente pelo fim do trabalho servil. Nabuco apresentou projeto de lei em 1880 propondo o fim da escravidão a partir de 1890, com indenização dos proprietários, o que provocou choque com os mais radicais, que exigiam a abolição imediata e sem indenizações.



Ruy Barbosa

Escolhido para redigir, em 1885, o Projeto Dantas, precursor da Lei dos Sexagenários, tornando livre todos os escravos com idade igual ou superior a 65 anos, Ruy Barbosa — que iniciou sua carreira política como deputado na Bahia, em 1878 — também se destaca entre os defensores do abolicionismo. Seu texto não foi aprovado pela Câmara porque propunha a liberdade dos escravos a partir dos 60 anos, sem indenização aos proprietários, o que causou grande revolta dos senhores. Foi aprovada então a Lei Saraiva-Cotegipe, muito menos abrangente.



Castro Alves

O “Poeta dos Escravos e da Liberdade” fez de seus versos palavras fortes na luta pela abolição da escravatura. Nascido em Muritiba (BA), em 1847, Antônio Frederico de Castro Alves morreu aos 24 anos, muito antes da assinatura da Lei Áurea.

Em 1868, em uma comemoração cívica onde estavam diversos senhores de escravos, fez a apresentação pública do poema épico dramático *Tragédia no mar*, que depois passou a ser chamado de *O navio negreiro*. A obra é uma crítica ferrenha do republicano Castro Alves aos maus-tratos a que eram submetidos os negros.

ABOLICIONISTAS NEGROS



André Rebouças

Filho de um advogado mulato autodidata, o engenheiro baiano André Rebouças engajou-se no movimento abolicionista ao lado de defensores da causa, como Joaquim Nabuco. Monarquista, muito ligado a dom Pedro II, a partir de 1872 dedicou-se integralmente à abolição da escravatura, ajudando a criar a Sociedade Brasileira contra a Escravidão e a Confederação Abolicionista. Publicou diversos artigos em jornais, propondo sempre a conciliação entre as classes.



José do Patrocínio

Entre os abolicionistas negros, José do Patrocínio foi incansável até os segundos que antecederam a assinatura da Lei Áurea.

Para o jornalista, filho de mãe escrava e de um vigário, a propriedade escrava era “um roubo duplo”. Natural do Rio de Janeiro, tornou-se muito cedo um articulista famoso. Depois de conhecer a Princesa Isabel, fundou o jornal *A Gazeta da Tarde* e passou a ser chamado de “O Tigre da Abolição”.



Luís Gama

O advogado e jornalista Luís Gonzaga Pinto da Gama era filho de um fidalgo português e da africana Luísa Maheu, que diversas vezes foi presa por estar envolvida com insurreições de escravos. Nascido em 1830, na Bahia, Luís Gama teria sido vendido ilegalmente como escravo por seu pai, aos 10 anos. Foi um símbolo do movimento pela abolição em São Paulo, tendo sido responsável pela libertação de mais de mil escravos cativos. Morreu em 1882.



Tobias Barreto

Um dos principais nomes do Condoreirismo, escola literária marcada pela temática social e defesa de ideias igualitárias, Tobias Barreto, assim como Castro Alves, fez de seus poemas armas de combate à escravidão. Também filósofo, crítico e jurista, ele se declara “O Mestiço de Serpente”. Em 1868, publicou o poema *A Escravidão*. De 1871 a 1881, viveu em Escada (PE), cidade que foi obrigado a deixar após ter alforriado os escravos que pertenciam a seu sogro.

RECLAME

Chegou a este jornal a informação de que, aos 31 dias do mês de agosto do ano de 2017, inaugurar-se-á a grande exposição

AS FALLAS DO THRONO

O EVENTO MOSTRARÁ, NO SALÃO NEGRO DO SENADO, 73 MANUSCRITOS ORIGINAIS PROFERIDOS EM SOLENIDADES NA ASSEMBLEIA-GERAL